

Militarização das escolas públicas: um mecanismo de manutenção do neoconservadorismo no Brasil

Juliana Luciana da Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil
Endereço eletrônico: juliana.luciana@estudante.ufjf.br

1104

Palavras-chave: Militarização. Escolas públicas. Neoconservadorismo

INTRODUÇÃO

A pauta da militarização das escolas públicas no Brasil ao longo dos últimos anos tem ganhado cada vez mais destaque frente aos debates, reflexões e produções científicas voltadas para o campo educacional. Sua maior investidura se deu a partir de 2019 com a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) e sua institucionalização como política pública educacional. Esse programa perpetrou a atuação de militares frente à gestão das escolas públicas de educação básica, parcialmente ou integralmente, fomentando a adesão ao modelo de escolas cívico-militares em todas as regiões do país.

Apesar de não ser o prenunciador do modelo de escolas públicas militarizadas no Brasil, o PECIM contribuiu de forma significativa para propagação desta corrente ideológica apresentada pelo Estado. Em 2023, pesquisadores da Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação – RePM, apontaram que nos últimos dez anos o número de escolas públicas de educação básica militarizadas cresceu 21 vezes, alcançaram a marca de 816 instituições que tiveram sua administração compartilhada ou transferida para agentes de diferentes forças, como policiais militares, bombeiros, polícia rodoviária federal, militares das forças armadas, além de organizações privadas criadas por militares.

Diversos autores argumentam e comprovam juntamente as instâncias federais e estaduais, que a militarização das escolas públicas fere princípios e garantias fundamentais, tanto no que se refere à proteção integral da criança e do/da adolescente, quanto ao direito à educação, estabelecido na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, nos tratados internacionais. Por tanto a pesquisa sobre o

Realização:



Apoio:



tema se amparou em produções desenvolvidas por (Alves, Santos, Bordin, 2023, Santos, Alves, Lacé, 2023, Lima, Golbspan, Santos, 2022, Santos, 2001, Santos et.al, 2019, Alves, Toschi, 2018, Alves; Toschi; Ferreira, 2018)

Assim este trabalho tem como objetivo **analisar em que medida a militarização das escolas públicas no Brasil é parte constitutiva da manutenção do movimento neoconservador** que se estabeleceu no cenário político nacional ao longo da última década. Lima, Hypolito (2019), chamam a atenção para o crescente movimento de expansão neoconservador em cena em diferentes áreas no país, enfatizando como essa corrente se articula para impor tradições culturais, interesses religiosos conservadores e econômicos neoliberais na educação e nas definições do papel do Estado.

Assim, pretende-se **analisar o conservadorismo e as múltiplas formas de como ele se manifesta em uma sociedade**, buscando evidenciar a que se objetiva a entrega da gestão das escolas públicas a militares, uma vez que os princípios vinculados às instituições militares não correspondem a função precípua da escola pública, pautada em uma legislação plural, progressista e laica. Ou seja, quais são os valores e princípios ideológicos estabelecidos nas escolas militarizadas, que sujeito se faz desejosa a formação a partir desse pensamento?

Afim de **compreender o papel da escola na lógica da superação e manutenção do conservadorismo a partir do que está estabelecido na Constituição Federal de 1988** essa investigação buscará através de uma abordagem centrada na pesquisa bibliográfica, se lança na exploração das tendências conservadoras na política educacional, investigando os valores fundamentais que as embasam como parte fundamental do projeto de nação que se desenhou a partir de 2019.

Conforme esses mesmos autores, neoconservadorismo prima pela valorização moral, estabilidade e continuidade das instituições tradicionais, dos *status quo*, contrários aos avanços das políticas progressistas, movimentos sociais e a luta pela justiça social. Nesse sentido o movimento conservador passaria a atuar em diferentes setores da sociedade, sendo a escola alvo dessa investidura de controle e manutenção da ordem, ou seja, sobre o que seria o saber legítimo nas escolas, sob a formação dos indivíduos (Brown, 2019).

Realização:



Apoio:



Pois isso se torna relevante a investigação da investidura de militares junta as instituições educacionais, pois a mesma viola o direito à liberdade de expressão e de convivência, tenciona a construção de um modelo de escola com rígida disciplina, ritos e valorização ao civismo, esvaziamento do sentido de uma educação plural, emancipatória, democrática e comprometida com o desenvolvimento de uma consciência política e crítica (Alves, Santos, Bordin, 2023).

METODOLOGIA

Essa pesquisa se desenvolveu por meio de estudos e análise de dados extraídos de livros, artigos, pesquisas desenvolvidas em dissertações e teses, além dos dados contidos nos documentos oficiais do governo federal sobre as Escolas Cívico-militares, isto é, por meio de pesquisa documental e bibliográfica. A metodologia utilizada foi o método materialista histórico-dialético, que se caracteriza pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, da possibilidade de interpretação da realidade social, e conseqüentemente da realidade educacional.

Essa teoria nos permite a compreensão mais aprofundada da educação inserida na contraditória sociedade de classes em que vivemos, uma vez que se configura como um campo de disputas entre a perpetuação dos grupos hegemônicos e os grupos que compreendem a escola como espaço de emancipação. Por isso o estudo se direcionou a analisar a ascensão das escolas cívico-militares a partir da criação do PECIM e sua relação com a agenda neoconservadora na educação, a fim de compreender os caminhos traçados pela política para efetivação do projeto de nação desenhado a partir de princípios antidemocráticos atendendo a interesses de grupos conservadores e neoliberais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As discussões construídas nesta pesquisa veem se apresentando a partir da investigação da aliança conservadora e suas articulações nas diferentes esferas da sociedade

Realização:



Apoio:



com ênfase na educação. A partir dos estudos apresentados por Apple 2003, Harvey, 2005, Lacerda, 2018, Brown, 2019 é abordado o conceito de conservadorismo, da formação da aliança direitista, assim como os elementos que compõe o neoconservadorismo.

Nas contribuições de Lima, Golbspan, Santos, 2022, se evidencia um mapeamento da investidura conservadora no campo educacional, tendo a partir dos estudos de Alves, Santos, Bordin, 2023, Santos, Alves, Lacé, 2023, Santos, 2022, Santos, 2021, Santos et.al, 2019, Alves, Toschi, 2018, contribuições que denunciam o processo de militarização das instituições públicas, principalmente após a eleição de 2018, evidenciando que a cultura militar fere princípios de liberdade e da diversidade, nega à existência de um sujeito plural, que procura padronizar mentes e corpos dentro de uma cultura coercitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho ainda se encontra em fase de execução, mas já consegue apresentar alguns apontamentos importantes em relação ao contexto da militarização das escolas. Conforme evidenciado pelos autores aqui apresentados, o movimento conservador atuar em diferentes setores da sociedade, sendo a escola alvo dessa política de controle e manutenção da ordem, ou seja, sobre o que seria o saber legítimo nas escolas, sob a formação dos indivíduos (Brown, 2019). Mesmo após o encerramento do PECIM, as escolas que aderiram ao programa não foram desmilitarizadas, pelo contrário, continuam seguindo as diretrizes desse modelo de gestão, além disso, outras unidades continuam sendo militarizadas, como é o caso do governado de São Paulo, que pretende implantar 100 escolas cívico-militares na rede estadual de ensino em 2025. A investidura de militares junta as instituições educacionais, viola o direito à liberdade de expressão e de convivência, tenciona a construção de um modelo de escola com rígida disciplina, ritos e valorização ao civismo, esvaziamento do sentido de uma educação plural, “emancipatória, democrática e comprometida com o desenvolvimento de uma consciência política e crítica” (Alves, Santos, Bordin, 2023). Por isso se faz necessário desmilitarizar as escolas, para salvar a educação públicas e a democracia, para interromper um projeto de nação.

Realização:



Apoio:



REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. **Educando à Direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

SANTOS, C. de A.; ALVES, M. F.; LACÉ, A. M. Militarização das escolas públicas no Brasil: desmilitarizar as escolas para salvar a educação pública e a democracia. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 37, p. 13–24, 2023. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1787>. Acesso em: 2 ago. 2024

ALVES, Miriam Fábria & TOSCHI, Mirza Seabra. **A militarização das escolas públicas**: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 35, n. 3, p. 633, dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/96283>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. Decreto Nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 173, p. 2-3, 6 set. 2019.

BRASIL. Decreto Nº 11.611, de 19 de julho de 2023. Revoga o decreto nº 10.004, de 5 setembro de 2019 que institui o **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 138, p. 3, 21 jul. 2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

HARVEY, David. 2005. **A Brief History of Neoliberalism**. Nova Iorque: Oxford University Press.

SANTOS, Catarina de Almeida *et al.* **Militarização das escolas públicas no Brasil**: um debate necessário. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 580-591, 2019. <https://doi.org/10.21573/vol35n32019.99295>.

SANTOS, C. de A.; ALVES, M. F. Militarizar e encarcerar a Educação Básica para um projeto de nação. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 18, n. 47, p. 90–112, 2023. DOI: 10.48075/educare.v18i47.30698. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/30698>. Acesso em: 6 out. 2023.

SANTOS, Eduardo Junior Ferreira. **Militarização das escolas públicas no Brasil**: expansão, significados e tendências. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11015>. Acesso em 06 jun. 2023.

BOCCHINI, B. Tarcísio sanciona lei que institui escolas cívico militares em SP: de 50 a 100 escolas devem estar funcionando no início de 2025. **Agência Brasil**, São Paulo, mai, 2024. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-05/tarcisio-sanciona-lei-que-institui-escolas-civico-militares-em-sp> Acesso em: 17 abr.2024

Realização:



Apoio:

